A VANGUARDA DA MODERNIZAÇÃO
A Folha de São Paulo e os mil dias que abalaram o jornalismo[1]

Yasmine Hofmann[2]
Universidade Federal Fluminense

RESUMO

A *Folha de São Paulo*, após um processo de transformações editoriais, na década de 1980, vem se postulando como baluarte na vanguarda do jornalismo brasileiro. Sob esse enquadramento, a intenção é empreender uma análise acerca do projeto de concepção do veículo, entendendo a *Folha* como uma instituição estruturada a partir de diretrizes que nos permitem pensar a organização do jornal tal e qual um partido político. Seu projeto de modernização aproxima as políticas editoriais do jornal às concepções de Lenin, para qual o partido é o momento mais alto da consciência de classe, exercendo a função de dirigente da coletividade. Objetivamos observar as estratégias de produção de sentido, segundo essas concepções políticas, que perpassam também concepções tais como as de modernização conservadora e autoritarismo.

Palavras-chaves: Vanguarda; Modernização; Jornalismo; Autoritarismo.

> Caminhamos num pequeno grupo unidos por uma estrada escarpada e difícil, segurando-nos fortemente pela mão. Estamos cercados de inimigos por todos os lados, e, quase sempre, é preciso caminhar sob fogo cruzado. Estamos unidos por uma decisão tomada livremente, justamente para lutar contra o inimigo e não cair no pântano ao lado, cujos habitantes nos acusam, desde o início, de termos formados um grupo à parte, preferindo o caminho da luta ao da conciliação. V.I.Lenin.

> O profissionalismo não surge por geração espontânea. Surge pelo esforço extraordinário de um pequeno grupo de pessoas que forma outras pessoas, adota uma atitude exemplar, corrige, cobra, critica, modifica, impede que se façam certas coisas. Uma espécie de grupo que se substitui a uma situação que no futuro será mais socializada até se tornar uma consciência coletiva que dispensa a necessidade de qualquer controle ou programa.
> Otávio Frias Filho.

[1] Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

[2] Doutoranda do Curso de Comunicação-Social da Universidade Federal Fluminense, email: yasmine.hofmann@gmail.com

As epígrafes acima abarcam processos históricos distintos. Na primeira, Lenin, ao tratar do processo revolucionário defende que o Partido Social Democrata da Rússia fosse formado e organizado por quadros conscientes da teoria revolucionária, capazes de agir dentro de objetivos precisos numa conjuntura turbulenta e politicamente instável. Com base nesse modelo de partido ele consagrou a concepção de "assalto ao poder", etapa importante da revolução comunista, fundamental para consagrar a "ditadura do proletariado" e assim expandir e consolidar a ideologia socialista entre as massas camponesas e operárias daquele país.

Óbvio que este é um pequeno retrato vulgar e limitado das ideias deste político e ideólogo do marxismo revolucionário. Não queremos aqui nos ater as polêmicas entre comunistas e menchevistas e nem como estas ajudaram a modular estas concepções e disputas no interior do Partido Social Democrata Russo. O ponto fundamental é ressaltar que elas expressam uma concepção até hoje debatida entre os marxistas: a descrença que o processo revolucionário bem como a disseminação da ideologia socialista pudessem ocorrer através de uma "combustão espontânea" das massas. Dito de outro modo, uma revolução política e cultural exigiria a ação consequente e rigidamente organizada de um "pequeno grupo" capaz de trilhar uma "estrada escarpada e difícil".

Podemos encontrar concepções similares acerca da natureza do processo histórico no discurso de Otávio Frias Filho encontrado no livro *Mil Dias: os bastidores da revolução em um grande jornal*[3]. Este trata de forma específica do projeto de modernização do jornal *Folha de São Paulo* na década de 1980. Porém, apesar da especificidade, o autor do livro questiona: até que ponto o projeto contribui para a melhoria do jornalismo praticado no país e para o aperfeiçoamento das relações sociais no Brasil (p. 74). Neste sentido, o projeto é tratado como um ponto de ruptura, uma espécie de inflexão e de marco zero da modernização jornalística ocorrida no Brasil.

Diante da dimensão e da grandeza que a memória do projeto é evocada, pode entender sua associação com uma "revolução". Por isso, ao se referir a dinâmica exigida neste processo, Frias Filho ressalta que a ideologia do profissionalismo não surge por "geração espontânea". Pelo contrário, ela exige, de modo idêntico a revolução comunista, a ação implacável de um pequeno grupo capaz de conduzir e consolidar de forma "extraordinária" a transformação da

[3] O livro foi escrito por Carlos Eduardo Lins da Silva e republicado 2005 com o título *Mil Dias: Seis Mil Dias Depois.* O texto da epígrafe está nas páginas 125/126.

Folha em um grande jornal paradigmático para outros impressos brasileiros. Logo, a conformação da ideologia do profissionalismo numa "consciência coletiva" não se daria espontaneamente, mas por meio das ações determinadas e implacáveis de um grupo de jornalistas com força suficiente para orientar o processo, disciplinar atitudes e formar quadros.

Podemos ressaltar a importância que se constitui nesse quadro de ideias a noção de vanguarda. Isto porque as ações de um "pequeno grupo" são vistas como vitais para a formação de uma vontade coletiva. As epígrafes deixam claro que sem o vanguardismo deste grupo seleto, seria impossível suplantar a apatia da maioria (das massas russas ou dos jornalistas brasileiros) e, consequentemente, conduzir de forma bem sucedida um processo de transformação política e cultural. Isto tem um forte resíduo autoritário, pois trata-se de impor as concepções de uma minoria à maioria visando um bem maior. Portanto, ambas as epígrafes pontuam a forte concepção de que o consenso deve ser imposto por estes quadros ilustrados e não negociado sob pena de ocorrer "desvios" no processo.

Há distinções, porém, que nos chamam a atenção. A primeira delas é o fato de o vanguardismo na *Folha* e a concepção de "revolução cultural" possa haver com a consagração do jornal como paradigma de um jornalismo vocacionado para o moderno de massas. A segunda, diz respeito ao atraso da cultura jornalística brasileira em relação às dos países liberais democráticos. Nestas, os "mecanismos de controle são mínimos e a qualidade excelente", pois há uma consciência da responsabilidade. No caso brasileiro, "há a necessidade de um grupo que chame a si esta tarefa gigantesca e condensada na expectativa de que um dia seja possível dar um salto" (SILVA, 2005:126).

Diante disto, podemos introduzir a seguintes questão: até que ponto a *Folha de São Paulo* passou a conformar um tipo de instituição jornalística estruturada a partir de diretrizes que nos permitem pensar a organização do jornalismo tal e qual a de um partido político revolucionário? Para responder tal problema, o artigo está dividido da seguinte forma: primeiro, vamos discutir quais atributos do vanguardismo e da estrutura partidária pensada por Lenin podem ser associados à concepção de jornalismo que modulou *o Projeto Folha*; depois, proporemos uma discussão na qual o lugar paradigmático que a *Folha* se atribui na história do jornalismo brasileiro tem a ver com o conjunto de visões tecidas pelos seus condutores acerca da cultura jornalística existente aqui.

Por último, argumentar que mais do negociar com o vanguardismo leninista o *Projeto Folha* se insere numa tradição de movimentos que utilizam da via autoritária para tentar transformar um ambiente político cultural. Isto tem a ver com a hipótese do artigo, de que o *Projeto Folha* é, na realidade, um projeto de modernização conservadora do jornalismo praticado no Brasil.

O processo histórico é concebido em sua totalidade, na relação de estrutura e superestrutura, na conexão entre economia e política. Se Marx nos dá a estrutura do capitalismo – observa Vladimir Ilich Lenin – emprega ao mesmo tempo as categorias constitutivas dessa estrutura para a compreensão dos desenvolvimentos reais, da atitude das forças políticas, da função das personalidades individuais e do poder. Seu apelo é para *transformar o mundo* e não só pensar a melhor forma de interpretá-lo.

A partir dessa introdução, a intenção no presente artigo é voltarmos nosso olhar às práticas do "*Projeto Folha*" -constituído em meados da década de 1980 –visando empreender uma análise da *Folha de São Paulo* como uma instituição estruturada a partir de diretrizes que nos permitem pensar a organização do jornal tal e qual um partido político.

Nosso foco está em visualizar como o projeto de modernização da *Folha* aproxima as políticas editoriais do jornal às concepções de Lenin, para qual o partido – organizado, centralizado e profissionalizado - é o momento mais alto da consciência coletiva, exercendo a função de dirigente da massa. Acreditamos que a *Folha*, ao longo de sua história, por meio de narrativas de autorreferência, vem se postulando como baluarte na vanguarda do jornalismo brasileiro.

Sob esse enquadramento, pretende-se a abordagem desse artigo. No entanto, por ser tratar também do nosso objeto de análise de pesquisa de Doutorado e, estarem os trabalhos ainda em desenvolvimento, aqui faremos as primeiras considerações acerca do tema que é vasto e ainda complexo aos nossos olhos.

Mil dias de transformações

Sob o argumento das necessidades do mercado do final do século XX, a direção da *Folha de São Paulo*, chefiada por Otávio Frias Filho, em meados da década de 1980, adota novos princípios editoriais para modernizar as estruturas do jornal. Sob essa perspectiva, concretizam-se significativas mudanças estruturais, organizativas e físicas no veículo.

Para atingir esse objetivo foram adotadas novas diretrizes, como: a diluição do impacto opinativo do jornal, ênfase no caráter técnico e informativo com a adoção de um modelo de jornalismo objetivo e apartidário. O controle metódico e rigoroso da produção da redação com a adoção de novos procedimentos técnico-organizacionais para melhorar o fluxo interno de informações jornalísticas e a utilização de metas para cumprir com exatidão os cronogramas industriais, além de adoção critérios homogêneos para tomadas de decisões foram outras das medidas adotadas pelo jornal.

Para os idealizadores desse processo, toda essa "novas estruturação" deveria ser cumprida com a fidelidade total dos jornalistas ao projeto. Assim, tais mudanças foram acompanhadas por discursos de autorreferenciação que passaram a exaltar os feitos de seus executores para a implementação dessa "nova imprensa". Como fica nítido essa modernização, porém, não resultara de um acordo entre jornalistas, ou um consenso, mas de uma condução de "processos autoritários" por quem estava no comando das redações.

E é a partir desse ângulo que, o jornalista Cláudio Abramo, afirma que: "O jornalismo é uma profissão autoritária"[4]. O contexto dessa frase diz respeito a dois aspectos. O primeiro deles remete ao fato de o jornal resultar de um "programa" ou um "projeto", "entendido ou subentendido entre o chefe da redação, o dono do jornal e o pessoal da redação"[5]. O outro aspecto trata do nível de influência que os jornalistas experientes e com status entre a comunidade de profissionais deveriam ter na seleção e recrutamento de novos quadros.

Os dois aspectos, em maior ou menor grau, seguem um protocolo comum a partidos estruturados ideologicamente, centralizados e hierarquizados, pois, senão, como implementar o programa e uma concepção de jornal que envolva o conjunto da redação?

É crível pensarmos que esses aspectos foram incorporados pelo *Projeto Folha* em seus mil dias de implementação e, ainda hoje, atravessam a produção do jornal, tal a deferência que o atual condutor Otávio Frias Filho tem por Cláudio Abramo. Curiosamente, embora fique muito nítida

[4] Conforme Abramo, o jornalismo é um tipo de profissão na qual os critérios de aferição de quem é competente ou não tem de ser feito pelos pares reconhecidos como "grandes jornalistas" e não com base em regras impessoais e democráticas. "Sou um grande jornalista e por isso dizer quem pode ou não pode exercer a profissão. Pode-se julgar que isto é arbitrário, mas é melhor eu achar do que se decidir a questão pela média das notas de cinco professores. O jornalismo é uma profissão autoritária". ABRAMO, 1990, p. 251-252.

[5] Segundo Abramo, "o jornal era um produto pensado e saia de um projeto global maior, feito de acordo com o dono do jornal. Tinha-se uma estratégia, uma tática, como em tudo na vida. Assim, posso ter uma linha conservadora ou radical, mas um jornal tem um programa, um projeto". IDEM, p. 167.

sua influência intelectual no processo de modernização jornalística, Abramo não integrou a jovem equipe responsável pela efetivação das mudanças. Ao contrário, foi demitido do jornal nesse período.

Fatos que nos levam à hipótese de que o modelo de jornalismo executado pela *Folha* tem uma concepção autoritária, especialmente por não ser fruto da percepção da maioria dos jornalistas, mas imposto pelos cargos superiores, de forma verticalizada.

Tal qual os antigos partidos de origem leninista, há uma "vontade coletiva" imposta e as resistências suscitadas são penalizadas por meio do "expurgo" (demissão), com vistas à manutenção do programa e dos objetivos e metas a serem alcançados. Essa disciplina e senso de organização é que constituem a base de atração e adaptação à *Folha de São Paulo* de uma série de jornalista de esquerda e com status de intelectuais, como Caio Túlio Costa, um dos condutores do projeto.

Nessa perspectiva, voltar a Lenin não significa, pois, o retorno a um texto sagrado, histórico e ultrapassado, mas o regresso a um estrategista político e intelectual, que reconhece os partidos, acima de tudo, como organizações e que a análise organizativa deve, portanto, proceder qualquer outra abordagem.

Para Lenin, o momento decisivo é o da política. É assim que ele compreende a concreticidade de uma situação histórica determinada (a russa) graças à aplicação das categorias científicas do marxismo – que se eleva à compreensão da nova fase do desenvolvimento da formação econômico-social capitalista: o imperialismo. Para ele, a política só atinge uma fundamentação científica própria, se for guiada pela teoria, pelo conhecimento das leis que governam o desenvolvimento histórico e das categorias que devem ser aplicadas à análise das situações concretas.

Mas, precisamente por isso, a política – fundada pela teoria – por sua vez funda essa teoria, a verifica, exige seu desenvolvimento, num constante reexame crítico. A política representa a *unidade* entre a *teoria* e a *ação*, e a mediação entre elas é o partido. Lenin vê o poder (soviético) apoiar-se num conjunto de organizações sobre as quais o partido exerce a função dirigente. O modelo leninista exigia de seus militantes um forte espírito de abnegação pessoal para mostrar sua devoção à causa, disciplina ao partido e correção no plano moral e profissional.

Por esse papel de mediação, a formação de consenso político entre as diversas forças da sociedade nos aproxima da concepção de Antônio Gramsci, no qual os jornalistas são funcionários do conjunto de instituições das superestruturas. Seja em instituições da sociedade civil, imprensa, jornais alternativos, partidos, sindicatos ou da sociedade política ou o Estado.

Ao pensar as modernas sociedades industriais do século XX, Gramsci viu a crescente autonomização da sociedade civil frente ao Estado. Foi sobre os conflitos existentes na sociedade civil que o autor transferiu o seu olhar. Neste sentido, a conquista da hegemonia política e cultural passou a antecipar a conquista do poder político (Bobbio, 1996).

Isto significa: que a hegemonia está ligada a todas as instituições que, para além dos partidos políticos, tenham relação com a divulgação e difusão de representações simbólicas e culturais; que ela não se relaciona somente com a constituição de uma nova formação política do Estado, mas com uma nova visão de mundo.

O exercício da hegemonia é permeado de tensões, de lutas, de constantes negociações no qual é possível verificar as linhas de força presentes na disputa pelo poder. A ênfase na hegemonia em detrimento da força repressiva do poder estatal faz emergir o papel dos intelectuais como sujeitos ativos, formadores de consenso em torno de valores (Gramsci, 1999 e Bobbio, 1996).

Nesse sentido, Lenin é um importante precursor de toda uma série de reflexões centradas na profissionalização da política e dos políticos, quando destaca em suas teorias o "revolucionário profissional" – ou, para nós, nessa análise, o jornalista profissional -, e critica os métodos artesanais e o "culto à espontaneidade", onde, para ele, o espontaneísmo (improvisação e desorganização) redunda independente de quem o faça no fortalecimento da influência da ideologia burguesa (fortes) sobre os operários (fracos). Por essa perspectiva, a organização do partido deve ser centralizada e, assim destaca Lenin (2006:47): "as atividades da oposição estão terminantemente proibidas e são objetos de implacável perseguição".

A partir dessa concepção centralizadora e dos especialistas, na década de 1980, o grupo *Folha de São Paulo* instaura um confronto que se estabelece no jornalismo brasileiro de forma mais intensa, travando uma disputa dialética entre política x mercado. Entre os anos de 1984 a 1987, ou seja, mil dias, foram criados métodos de trabalho e forma de escrita que dariam outra cara à prática do jornalismo no Brasil. O rigor sistemático na apuração dos fatos, o uso de gráficos e tabelas e a racionalização do jornal em cadernos caracterizam a vanguarda modernização do

P*rojeto Folha*. Além da introdução de métodos de controle racionais da produção jornalísticas e medidas quantitativas de avaliação.

Para Otávio Frias Filho, um dos idealizadores mais ortodoxos do projeto, a opção pelo mercado por parte dos jornais e a resistência engendrada pelos jornalistas era reveladora da velha dicotomia brasileira entre o moderno e o arcaico. Do seu ponto de vista, a atividade transformou o sentimento anticapitalista, romântico, meramente boêmio ou intelectual, reinante na imprensa nos anos 1950 e 1960, em "ares de ideologia da resistência e da revolução", um anacronismo no contexto da redemocratização.

Para Frias Filho, o capitalismo já se apresentava consolidado no Brasil na década de 1980. Tratava-se, então, de adaptar a linha editorial dos jornais, que ainda se mantinham presas aos antigos padrões colonialistas, aos ditamos administrativos de um "negócio" (Silva, 2005). Na visão dos reformadores da *Folha de São Paulo*, Carlos Eduardo Lins da Silva e Otávio Frias Filho, a ideologia do desengajamento passou a ser estratégica para as empresas.

> A *Folha de São Paulo* é o fenômeno mais importante do jornalismo brasileiro nos anos 80. Nessa década, foi o jornal diário que objete maior crescimento na circulação paga e no volume de publicidade impressa, foi o veículo de comunicação que mais provocou polêmicas e repercussões entre seus leitores e foi a empresa jornalística que mais celeuma causou entre os profissionais do setor. (SILVA, 2005, p.54)

Para esses autores, o controle era exercido por meio da exigência de adesão do jornalista ao projeto político administrativo estabelecido pelos jornais. Os manuais de redação adquiriram nova função. Quando introduzidos na *Folha* nos anos 1960, esses manuais serviram como materiais apenas de orientação "técnica", mas a partir das reformas produzidas nos anos 1980, transcenderam essa dimensão e passaram a servir como instrumento de controle e de adesão ideológica do jornalista ao projeto do jornal. Descreve Frias Filho: (1987:32): "Nós chamamos na gíria interna de os **filhos do manual** – pessoas que começaram na profissão sob a ditadura do manual e começam a ficar com uma séria de talentos individuais reprimidos. Esse foi o ônus de ter disciplinado o trabalho".

Métodos quantitativos e impessoais, típicos de uma racionalidade administrativa passaram a ser usados com a mesma finalidade e causaram um estranhamento e uma sensação de desconforto dentro das redações da Folha (Kucinski, 1998). Os padrões de modernização da *Folha* o transformaram em um modelo de jornal vocalizado para o "mercado".

> A lógica não é ética e nem política. É apenas mercadológica. O jornal não pretende falar em nome de toda a sociedade ou da 'opinião pública', mas somente falar a todos os grupos que constituem seu eleitorado. Se, em decorrência disso, a sociedade melhorar, tanto melhor para todos. (SILVA, 2005, p.130)

A história desta revolução na *Folha* passa também pela construção de uma ágil estrutura de distribuição, montada anteriormente a todo o processo gráfico e editorial. Para conquistar a credibilidade e influência, a abertura política brasileira foi primordial ao jornal. Passou-se a publicar artigos assinados por homens de esquerda e o grande salto ocorreu com a campanha das Diretas Já. Todos esses fatores, somados ao incremento monetário, constituíram a grande modernização do jornal.

Silva (2005) destaca ainda que "mesmo os mais ardorosos adversários" agora concederão, que os pressupostos básicos do *Projeto Folha* foram incorporados pela imprensa brasileira, para o bem ou para o mal. "Ninguém pode contestar que ele foi um percursos de tendências. Praticamente tudo que a *Folha* dos anos 80 fez sob apupos quase generalizados da concorrência acabou, positiva ou negativamente, adotando por ela". (p17) Contudo, para falar de modernização e vanguarda, nos ateremos um pouco mais a seguir.

Modernização sem modernidade

A noção de modernidade no Brasil, segundo Renato Ortiz, está "fora do lugar", pois o modernismo aqui ocorreu sem lutas, manifestações ou revoluções. Isso porque, no advento da modernidade, que trouxe novas tecnologias, novos padrões e novos conceitos, o grande agente da modernização foi o Estado. Sob a tutela da ditadura, a imprensa nacional e, principalmente, a de São Paulo, ganhou novos ares e contornos. A abertura e os incentivos econômicos ocorridos no período militar foram feitos, muitas vezes, como pano de fundo para a falta de abertura política vivenciada no país.

Nesta perspectiva, a relação entre cultura (mídia) e política (Estado) se expressava como complementaridade nos anos de 1950 e até meados de 1960, "porque vivíamos um clima de utopia política no interior de uma sociedade de mercado incipiente (Ortiz, 2006:165). A partir do golpe militar e com o avanço da sociedade de consumo, ocorre um desenvolvimento e uma especialização de mercado, os produtos culturais ficaram depreciados e precisavam se profissionalizar.

A indústria cultural adquire a possibilidade de equacionar uma identidade nacional, passando o nacional a se identificar com o mercado, proporcionando uma cultura de mercado-consumo. Assim, a partir da década de 1980, com o fim da era militar e as iniciativas de abertura política, a *Folha* vislumbra a possibilidade de mudar suas diretrizes e ordenamento, organizando de forma autocrática seus parâmetros e funcionamento, mas é sob a ótica dos regimes autoritários de esquerda, que a nova estruturação do jornal se impôs.

Para exemplificarmos como se deu esse processo de modernização na *Folha*, tomamos como referência os conceitos de Barrington Moore Jr (1966) sobre "modernização conservadora" que, embora tenham sido desenvolvidos em meio a debates acerca das questões agrárias, se aplicam perfeitamente à presente análise, haja vista a abordagem do referido conceito às vias socialista revolucionária, democrática e autoritária.

Em Moore Jr., o grande exemplo do que chamou de "modernização conservadora" era dado pelos *Junkers*[6] alemães, que durante bastante tempo conseguiram controlar a transição para o mundo moderno sem deixar de contemplá-la e inclusive estimulá-la, sobretudo no que tange à industrialização, mas sem perder tampouco o controle do campo e mantendo suas propriedades oriundas do período feudal.

Pode-se compreender o conceito de "modernização conservadora" no *Projeto Folha* a partir das seguintes perspectivas: a modernização fez-se sob a liderança e considerando de forma incisiva os interesses da "diretoria de redação". Tais medidas levaram ao conformismo quanto a essa "subjetividade coletiva", centrada em um bloco transformista, cauteloso e autoritário em suas perspectivas e estratégias.

> O manual, as normas que a gente fez, uma séria de procedimentos de homogeinização e padronização são coisas que permitem fixar um mesmo olhar do jornal sobre as coisas. Essas normas são também para criar uma cultura de exatidão. O diagnóstico que a gente tinha no começo era de que o padrão de exatidão, no tratamento da notícia, era muito baixo – na Folha e na Imprensa de um modo geral" (FRIAS FILHO, 1987, p.31)

Assim, na imprensa brasileira, nos setores ligados mais diretamente ao campo econômico, o processo de modernização conservadora se fez com base na formação de grandes

[6]Membros da nobreza constituída por grandes proprietários de terras nos estados alemães anteriores e durante o 2º Reich (1871-1918).

conglomerados estatais e privados, o que teve reflexo no campo jornalístico, que se concentrou nas redações dos grandes jornais.

Constituição de um pensamento autoritário

Tais transformações do jornal estão ligadas diretamente aos postulados políticos, nos quais os ordenamentos de diretrizes conceituais se caracterizam pela predominância de reflexões autoritárias influenciadas pelos pensamentos de Maquiavel e Hobbes, privilegiando a disputa pelo poder norteado pelos aspectos econômicos. Com essa conjuntura, a *Folha* procura aliar em suas produções jornalísticas, práticas do universo político (disputa e manutenção de poder), extrapolando suas fronteiras não só ao fazer midiático, mas também aos moldes econômicos da indústria cultural.

Nesse modelo *autoritário*, que se caracteriza pela restrição à liberdade individual, a imprensa é um instrumento de poder fundamental para manter a ordem tirânica sobre o poder do *Príncipe.* A variante em relação ao modelo absolutista é que o soberano é substituído pelo partido, que, como porta-voz do poder totalitário, faz com que os jornalistas ajam movidos por sua fidelidade ao *Príncipe* ou ao Partido, não havendo, portanto, quaisquer resquícios de consciência profissional entre esses agentes.

Isabela Vilella (2013) aponta ainda que os pensamentos desses dois teóricos, precursores de Marx, predominavam para o ordenamento entre os Estados, privilegiando a disputa pelo poder (alta política) sobre os aspectos econômicos (baixa política).A autora argumenta que, apesar de diferenças conceituais significativas entre eles, o fato de ambos oferecem a possibilidade da leitura de conexões entre os diferentes sistemas da sociedade no plano macro (internacional/interestatal), traz a percepção da complexidade que não pode ser ignorada nas relações sistêmicas internas do Estado contemporâneo.

Villela diz ainda que tomando a burguesia como ponto de partida, o processo histórico que alinha os interesses sociais ao discurso democrático e ao Estado compõe o discurso contemporâneo das teorias de Estado liberal e neoliberal e remonta às origens capitalistas na formação da burguesia. A partir dessa nova classe dominante, nasceu na Europa uma relação

social de produção e um processo cambiante de forças sociais particulares que se tornam a base do poder do Estado, inseridas em uma ordem hegemônica.

Embora tenha partindo da condição de uma ordem subjugada, ao tomar o poder por meio da ascensão da condição econômica, essa mesma burguesia parece inverter valores e imprime marca semelhante ao antigo *status quo* do Estado. Passa a exercer um poder absolutista e autoritário, outrora rejeitado.

Num contexto contemporâneo, acreditamos que tal conjuntura oferece condições a uma perspectiva autoritária que, segundo Boris Fausto (2001), é produto também das condições políticas vigentes no século XX, e caracteriza-se negativamente por:

- Menor investimento em todas as esferas da vida social;
- Inexistência de simbiose entre partido e estado, sendo o primeiro, quando existe, dependente do último;
- Pelas restrições à mobilização das massas.

Assim, um dos traços básicos do autoritarismo consiste na relativa independência que preserva a sociedade em relação ao Estado, por esse motivo, o autoritarismo tende a ser mais conservador ligado às tradições do passado.

No discurso político autoritário, os intelectuais se identificam com o regime pelo carisma de seu representante (ditador), ênfase na hierarquia, em detrimento de mobilizações sociais, ainda que controladas. Tais características aproximaram o *Projeto Folha* à ideologia da transformação no jornal, apontada por seu gestor Otávio Frias Filho:

> Em setembro de 1984, nós implantamos, sem consulta prévia, o *Manual Geral da Redação,* que já vinha sendo preparado desde o fim da gestão do Bóris, pelo Carlos Eduardo Lins da Silva e pelo Caio Túlio Costa, ambos na época secretário de redação, e por mim mesmo. Foi basicamente feito a seis mãos. Esse manual foi baixado, com uma série de medidas bastante draconianas, em termos de normatizar procedimentos, despolitizar, procurar garantir que as diversas versões fossem registradas na mesma reportagem e também com uma série de providências gráficas (...) Não havia muito como contemporizar, fizemos uma série de demissões de caráter político. Num período de poucos meses, no começo de 85, imagino que devem ter ocorrido algo como 50 demissões. (FRIAS FILHO, 2003, p 360 e 361).

Como regra geral, o discurso de autorreferência sobre o caráter revolucionário das transformações experimentadas pela *Folha*, na década de 1980, lança sombras sobre tudo aquilo que outrora precedeu a essa grande transformação.

Conclusão

O processo de renovação editorial da *Folha de São Paulo*, iniciado por Cláudio Abramo, na década de 1970, foi marcado pela politização deliberada do veículo, com a introdução de fortes doutrinas de esquerda.

Uma estruturação bastante diferente da que se verificou na década seguinte, quando a fórmula de um jornalismo homogêneo, direto, mais exato, aplicada por Otávio Frias Filho, a partir de condutas mais centralizadas e autoritárias, permitiu que as linhas editoriais pudessem atender às demandas de um mercado cada vez mais voltado para as políticas econômicas. A vanguarda modernização do jornal, portanto, é fruto de um projeto autoconsciente de afirmações disciplinares de uma perspectiva jornalística altamente mercadológica.

Se a ambiguidade política e a alternância e estratégias editoriais marcam toda a trajetória do jornal desde o seu surgimento, o projeto contemporâneo da *Folha*, assumiu contornos claramente sintonizados com as formas atuais de inserção política de comunicação de massas. Ao longo deste artigo nossa intenção foi perceber como *a Folha de São Paulo*, de uma forma geral, encampa a mítica da modernização ao se postular em uma posição de "vanguarda" em relação ao processo de modernização do jornalismo brasileiro.

Tal posição fica patente não apenas no jornal, mas principalmente em diversos produtos nos quais os quadros dirigentes deste jornal narram e exaltam o teor vanguardista e revolucionário de determinadas experiências que impulsionaram a *Folha* a liderança do mercado de jornais impressos no transcurso das décadas de 1980 e 1990. Produtos como os livros *Mil dias, seis mil dias depois*, de Carlos Eduardo Lins da Silva; ou *Eles mudaram a imprensa*, dos organizadores Alzira Alves de Abreu, Fernando Lattman-Weltman e Dora Rocha, legitimam esses discursos.

Os depoimentos dos gestores se constituem em mais do que discursos de autorreferência, pois eles, ao exaltarem o processo em si, demarcam tentativas de se criar uma clivagem temporal na

qual toda a memória do jornalismo praticado anteriormente é desqualificada para exaltar um marco, os mil dias que transfiguraram não apenas à *Folha*, mas o próprio jornalismo brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Cláudio. **A regra do jogo**. São Paulo, Cia das Letras, 1988.

ABREU, Alzira Alves de, WELTMAN, Fernando Lattman, ROCHA, Dora. **Eles mudaram a imprensa.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder.** São Paulo: Editora Unesp,1996.

COMPARATO, Fábio K- **Não pode haver poder sem controle** (entrevista). Revista Desafios do Desenvolvimento, Ano 8 – No 67, 2011:10 a 18.

DOMINGUES, José Maurício. **A dialética da modernização.** DADOS –Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº3, 2002, pp. 459 a 482.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário: 1920-1940**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Ed 2001.

FILHO, Otávio Frias. **Otávio Frias Filho, 30** (entrevista) Revista Imprensa, Ano 1 – N01, 1987: 30 a 36.

GRAMSCI, Antonio. **Apontamentos e Notas Dispersas para um Grupo de Ensaios sobre os Intelectuais.** In Cadernos do Cárcere. Volume 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

GRUPPI, Luciano. **O pensamento de Lênin.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 297-308.

KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica.** São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

LENIN, Vladimir Ilich. **O que fazer? A organização como sujeito político.** São Paulo: Martins, 2006.

MACHIAVELLI, Nicoló Di Bernardi Dei. **O Príncipe.** São Paulo: Centauro, 2005.

MOORE JR., Barrington. **Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World.** Hardmondsworth, Penguin, 1966.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

PENEBIANCO, Angelo**. Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROXO, Marco**. Jornalistas: o sindicato no dilema entre a militância e o profissionalismo.** XI Compós, Rio de Janeiro, GT Comunicação e Política, 2002.

ROXO, Marco. **Jornalistas, Pra quê? Militância Sindical e o Drama da Identidade Profissional.** Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Mil dias: seis mil dias depois.** 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2005.

VILLELA. Isabela, C.F. **Discursos articulados da democracia – Entre o econômico, o político e o social.** XXII Compós, Salvador, GT Comunicação e Política, 2013.